

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA SENTENÇA PENAL

2021

Carlos Augusto da Silva Moreira Lima

ALMEDINA

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA SENTENÇA PENAL

© Almedina, 2021

AUTOR: Carlos Augusto da Silva Moreira Lima

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556272634

Agosto, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lima, Carlos Augusto Silva Moreira
Execução provisória da sentença penal / Carlos
Augusto Silva Moreira Lima. -- 1. ed. -- São Paulo :
Almedina, 2021.

ISBN 978-65-5627-263-4

1. Direito 2. Execução provisória 3. Sentenças
(Processo penal) I. Título.

21-67051

CDU-347.952.6(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Execução provisória da sentença : Processo civil 347.952.6(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.1 Delimitação do tema	12
1.2 Fundamentação teórica	14
1.3 Metodologia	15
1.	
TEORIA DOS PRECEDENTES NO PROCESSO PENAL	17
1.1 Justificativa histórica de surgimento das tradições jurídicas e a natural aproximação da <i>common law</i> e <i>civil law</i>	17
1.2 O que <i>stare decisis</i> e <i>common law</i> guardam de identidade?	24
1.3 Dos fundamentos para adoção <i>stare decisis</i>	27
1.4 Óbices à adoção do precedente	31
1.5 Pensando o direito a partir da crítica	36
1.6 Formação do conceito de precedente	37
1.7 Técnicas de superação e revisão dos precedentes	43
1.8 Da aplicabilidade da teoria dos precedentes ao processo penal	47
2.	
EFICÁCIA TEMPORAL DOS PRECEDENTES NO PROCESSO PENAL	51
2.1 Pressupostos da norma jurídica alinhados a teoria dos precedentes	51
2.2 Sucessão legislativa como enredo da solução de conflito da sucessão normas jurídicas no tempo	54
2.3 Regra da aplicação imediata da Lei Processual Penal	56
2.4 Classificação da norma jurídica quanto à inovação	69

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA SENTENÇA PENAL

3.		
DESCREVENDO O CONTEXTO DA PRISÃO APÓS		
CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA		73
3.1	Populismo judicial penal	78
3.2	As cartas políticas brasileiras e a presunção de inocência	81
3.3	A linha do tempo e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	85
3.4	Confronto de teses: vedação ou não à execução provisória de pena após	
	esgotamento das instâncias ordinárias.	88
3.4.1	Campo teórico	88
3.4.2	Campo do senso comum	91
3.4.3	Campo jurisdicional	94
	3.4.3.1 Prospecto da execução provisória da pena em 2019	103
3.5	Da repercussão da decisão no controle objetivo de constitucionalidade	107
3.6	Campo político: a “quinta” instância decisória	109
3.7	Prognóstico de reversão da decisão acerca da prisão em 2ª instância	
	pele parlamento: projetos de Lei, Propostas de Emenda Constitucional	
	e o Pacote Anticrime	112
CONCLUSÃO		121
REFERÊNCIAS		125
ANEXO 1 – <i>HABEAS CORPUS</i> 126.292/SP		133
ANEXO 2 – <i>HABEAS CORPUS</i> 84.078-7/MG		237